

As Causas da Insegurança Alimentar e Nutricional em Moçambique

A análise da causalidade mostra que a insegurança alimentar e desnutrição em Moçambique assenta nos seguintes factores:

- **Imediatos** (baixa disponibilidade de alimentos ao nível dos AFs- carência de stocks em pelo menos 4 meses/ano, e o deficiente estado de saúde dos indivíduos);
- **Adjacentes** (acesso limitado aos alimentos, baixa disponibilidade, acesso e utilização dos serviços de saúde particularmente na infância e para as mulheres durante a gravidez);
- **Básicos** (baixo nível de escolaridade, precárias condições de higiene e saneamento e fraco abastecimento de água potável).

A Situação Nutricional das Crianças Menores de 5 anos de Idade e suas Mães, não registou melhorias pois os índices de malnutrição crónica passaram de 36% em 1997 para 41%, em 2003. A malnutrição é responsável por cerca de metade dos óbitos que se registam em crianças com menos de 5 anos. O cenário é mais grave no meio rural (46%) que no urbano (29%), sendo mais pronunciado nas províncias do Norte onde chega a atingir 56%, em Cabo-Delgado. Estimou-se que a desnutrição crónica reduz a produtividade em 2-3% do PIB, (*Shrimpton, 2001*), o que equivale a 71,4-107 milhões de dólares americanos por ano, para Moçambique, considerando o PIB de 2002 (\$197). Todavia, a Desnutrição Aguda (Peso/Altura), observou uma descida (8% em 1997 e 4% 2003), devido a implementação de programas de natureza assistencialista tendentes a resolver os problemas de emergências.

Estima-se que o custo de um programa eficaz de combate à desnutrição em Moçambique seria da ordem de \$5-10 por beneficiário, que constituíam em 2003, 16% da população, isto é, cerca de 2,59 milhões de pessoas. Por conseguinte, o custo total estaria compreendido entre \$15 e \$30 milhões.

O combate à desnutrição deverá ser uma prioridade política se se quiser assegurar o capital humano que o país necessita para responder os objectivos do PARPA.

A epidemia do HIV/SIDA poderá ameaçar o nível do progresso alcançado na redução da pobreza em Moçambique. O impacto de HIV/SIDA no sector agrícola deve ser avaliado em particular, tendo em conta que este sector contribui com 32% de PIB, 77% da população vive em zonas rurais, e abarca 95% da mão-de-obra, contribuindo para, segurança alimentar. A análise do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA), 2002, mostra que 44% das respostas estratégicas dos AFs afectados indicaram uma redução na área de colheita. Segundo uma projecção da FAO, até 2010 as perdas de mão-de-obra devido ao HIV/SIDA no sector agrícola serão de 20% .

Apesar do País estar a experimentar uma queda dos índices da pobreza de 15% estas melhorias não estão em harmonia com o estado nutricional das populações.

O acesso a alimentos em quantidade e qualidades suficientes em todo o tempo é um direito básico para todos os cidadãos. A satisfação das necessidades alimentares de toda população Moçambicana é garantida pela i) produção total agrícola, ii) importação, iii) ajuda alimentar para a emergência e para o mercado. O défice alimentar representado pelas quantidades de alimento que o país precisa de importar é definido com base no consumo alimentar da população Moçambicana durante todo o ano. As necessidades calóricas estabelecidos pelo MISAU são de 2,200 Kcal/dia/pessoa.

Dados do INE 2003, indicam que cerca de 54% da população vive numa situação de extrema pobreza, gastando menos de um dólar por dia. Cerca de 48% das despesas dos AFs são principalmente direccionadas à alimentação, 22.4% à habitação e combustível e 7.2% aos transportes. As despesas de educação (0.7%) e saúde (1.2%) apresentam uma proporção relativamente pequena podendo-se inferir que o acesso a educação e saúde em Moçambique é subsidiado.

As despesas alimentares são mais baixas nas áreas urbanas (32.7%) que nas rurais (64.3%). O transporte e comunicações absorve cerca de 29.7% do orçamento das populações urbanas, contrastando 14.7% de gastos da população rural.

O HIV/SIDA, a Insegurança Alimentar e Nutricional, e a incipiente entrega de serviços constituem a Tripla Ameaça. Aliada aos desastres naturais, à capacidade de resposta das famílias, à oscilação explosiva dos preços, o desemprego, os riscos sociais (ex: divórcio), concorrem para a desnutrição, uma das principais causas das crises humanitárias. Na África Austral fala-se sobre uma “New Variant Famine” causada pela ligação entre o HIV/SIDA, a Insegurança Alimentar e Malnutrição e Pobreza Absoluta. Porém, o País está a atravessar uma fase positiva de desenvolvimento económico e social e o aumento do funcionamento do mercado.

De uma situação altamente deficitária e dependente de importações e doações externas de alimentos, Moçambique já consegue satisfazer consideravelmente as necessidades básicas de alimentos, e recentemente tem experimentado com bastante agrado a exportação de cereais, mandioca e feijões das zonas excedentárias para alguns países vizinhos. O Grande desafio continua ser a capacidade do país produzir alimentos suficientes para o consumo interno. O MADER está a definir uma estratégia de reduzir o défice em alimentos através da expansão do cultivo de culturas de rendimentos como uma forma de aumentar a renda dos AFs rurais e a expansão do cultivo do arroz de sequeiro e irrigado.

Em Moçambique, os determinantes que afectam a situação de SAN abarcam diferentes sectores da actividade económica, e sócio-cultural. Segundo a ESAN 1998 essas determinantes são:

- Desenvolvimento do Capital Humano;
- Reabilitação de infra-estruturas chaves;
- Restauração da produção agrária; e
- Criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da iniciativa privada.